

**AÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.**

Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.

**AÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS  
INTERNAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO  
OESTE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018. <sup>1</sup>**

ACTIONS OF ENVIRONMENTAL PRACTICES IN THE PLANNING OF INTERNAL  
AUDITS IN FEDERAL EDUCATION INSTITUTIONS IN THE BRAZILIAN MIDWEST  
REGION: AN ANALYSIS OF THE PERIOD FROM 2014 TO 2018.

**Cristiane Alves da Silva Moura<sup>2</sup>**

**Edicreia Andrade dos Santos<sup>3</sup>**

**Pedro Henrique Da Silva Melo Pereira<sup>4</sup>**

**Aline Silva Moraes Correia<sup>5</sup>**

**Januário José Monteiro<sup>6</sup>**

**Resumo:** A pesquisa teve por objetivo investigar a realização de auditorias voltadas às ações de práticas ambientais nas instituições federais de ensino da região centro oeste no período de 2014 a 2018. Quanto à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, operacionalizada por meio da técnica análise de conteúdo. Foram selecionadas Instituições Federais de Ensino da região do Centro Oeste cujas auditorias internas divulgaram seus PAINT (Plano Anual de Auditoria Interna) e RAIN (Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna) durante o período de 2014 a 2018. A partir das análises foi possível observar que em alguns períodos as auditorias internas planejaram ações de práticas ambientais e que conseguiram executá-las, conforme constatado no cruzamento dos PAINTs e RAINs das mesmas, no entanto observou-se em certos períodos que as ações planejadas por vezes não foram executadas. Por meio de análises adicionais, com informações obtidas nos sites das instituições pesquisadas, foi possível verificar que embora não identificadas ações de práticas ambientais nos PAINTs ou RAINs, em certos casos, as instituições, por meio de parcerias com observatórios sociais e outros projetos, buscaram contribuir, para maior conscientização da população, sobre a importância da preservação ambiental. O que evidencia que a auditoria, ao selecionar ações a serem desenvolvidos no exercício seguinte considera, em seu

<sup>1</sup> Artigo aceito e apresentado no ICMA / COGECONT 2020 - *International Conference in Management and Accounting*.

<sup>2</sup> Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS.ESAN.  
[cris.crys.cris@hotmail.com](mailto:cris.crys.cris@hotmail.com)

<sup>3</sup> Professora da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Doutora em Contabilidade pela UFSC. [edicreiaandrade@yahoo.com.br](mailto:edicreiaandrade@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS.ESAN.  
[pedrohsilvamp@gmail.com](mailto:pedrohsilvamp@gmail.com)

<sup>5</sup> Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS.ESAN.  
[aline.morais1996@hotmail.com](mailto:aline.morais1996@hotmail.com)

<sup>6</sup> Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina.  
[januariomonteiromonteiro@gmail.com](mailto:januariomonteiromonteiro@gmail.com)

**AÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.**

**Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.**

planejamento, diferentes fatores como: prazo, os recursos disponíveis, os objetivos propostos bem como identificação dos macroprocessos ou temas constantes da matriz de risco, conforme os normativos que balizam a atividade da auditoria interna.

**Palavras-chave:** Auditoria Interna. Ações de Práticas Ambientais. Instituições Federais de Ensino.

**Abstract:** The research aimed to investigate the performance of audits focused on the actions of environmental practices in federal educational institutions in the central west region from 2014 to 2018. As for the methodology, the research is characterized as qualitative, operationalized through the analysis technique of content. Federal Educational Institutions in the Midwest region were selected as the Intern Audits released their PAIN (Annual Internal Audit Plan) and RAIN (Annual Report of Internal Audit Activities) during the period from 2014 to 2018. From the analysis, it was possible to observe that in some periods the Intern Audits institutions planned actions of environmental practices and managed to execute them, as verified in the crossing of the PAINs and RAINs of them; however, it was observed in certain periods that the planned actions were sometimes not carried out. Through additional analyzes, with information obtained from the websites of the researched institutions, it was possible to verify that although environmental practices actions were not identified in the PAINs or RAINs, in certain cases, the institutions, through partnerships with social observatories and other projects, sought to contribute, for the population's greater awareness, about the importance of environmental preservation. What evidences that the audit, when selecting actions to be developed in the following exercise, considers, in its planning, different factors such as: term, the available resources, the proposed objectives as well as identification of the macroprocesses or themes included in the risk matrix, according to the norms that guide the internal audit activity.

**Keywords:** Internal Audit. Environmental Practice Actions. Federal Educational Institutions.

## **1. INTRODUÇÃO**

Atualmente, a questão ambiental é uma das mais relevantes preocupações em todo o mundo (SACHS, 2015). Os desastres ambientais ocorridos no passado causaram preocupações na população e nos governos, estimulando uma nova consciência ambiental surgida nas décadas de 1960 e 1970, que ganhou dimensão e situou a proteção do meio ambiente como um dos princípios mais fundamentais do homem moderno (DONAIRE, 1994). Desde então, acentuados debates ocorrem em todo o planeta na busca por métodos e procedimentos para reparar os danos já causados ao meio ambiente, bem como para evitar que novos desastres aconteçam (SACHS, 2015).

O Meio Ambiente é definido pela lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981, como o coletivo de leis e interações físicas, químicas e biológicas que propicia o existir de qualquer tipo de vida em toda sua complexidade (BRASIL, 1981) e a busca em minimizar as consequências das ações humanas sobre ele. Assim as empresas e governos começaram a adotar a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), visando tornar as práticas sustentáveis uma das prioridades. A AIA por si

**AÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.**

**Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.**

só, é uma ferramenta para as auditorias identificarem e relatarem se uma entidade está ou não alinhada com o programa ambiental (ALVES; FERREIRA, 2017).

Essas discussões em torno da sustentabilidade têm demandado das organizações maior divulgação de informações ambientais (RAY; BEBBINGTON, 2001). Estudos apontam que a divulgação de informações ambientais demonstra a preocupação da organização com as questões ambientais, sociais e até mesmo econômicas (RAY; BEBBINGTON, 2001; BURGWAL; VIEIRA, 2014; HALL et al., 2014). As preocupações com a sustentabilidade também têm sido debatidas no contexto universitário (OWEN, 2001; HALL et al., 2014), em especial nas universidades federais (HALL et al., 2014).

Esse processo de divulgação das informações pode ser intensificado, por meio de maior uso de ferramentas contábeis (OWEN, 2001; BURGWAL; VIEIRA, 2014), entre as quais destaca-se aquelas atrelada à auditoria. No contexto brasileiro esse movimento de discussão em torno da auditoria ambiental, surgiu por meio da legislação estaduais e municipais no início da década de 90 (BARBIERI, 2007). Nesta mesma época, algumas filiais no país de empresas norte-americanas conduziram auditorias ambientais por exigência de suas matrizes dado que ela era utilizada como ferramenta de gerenciamento, utilizada para identificar, de forma antecipada, os problemas provocados por suas operações e também para minimizar os custos envolvidos com reparos, reorganizações, saúde e reivindicações (BARBIERI, 2007).

A auditoria ambiental compreende uma diversidade de atividades de caráter analítico voltadas para identificar, averiguar e apurar fatos e problemas ambientais de qualquer magnitude e com diferentes objetivos (BARBIERI, 2007). Em outras palavras, a Auditoria Ambiental tem por objetivo averiguar o cumprimento da legislação ambiental, de forma rígida, buscando assegurar que o controle interno da entidade atenda à adequação das normas, com uma forma preventiva e defensiva.

Com base no exposto, este estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: quais foram as auditorias realizadas voltadas às ações de práticas ambientais nas Instituições Federais de Ensino da região centro-oeste brasileira no período de 2014 a 2018? Assim, tem-se como objetivo investigar se foram realizadas auditorias voltadas às ações de práticas ambientais nas instituições federais de ensino da região centro oeste no período de 2014 a 2018 tendo como base os Planos Anuais de Auditoria Interna - PAINT e os Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna - RAIN.T.

Este estudo justifica-se pelo fato de que a auditoria ambiental é um instrumento de gestão ambiental de abrangência micro, tanto da esfera pública quanto privada (SEIFFERT, 2010). Especificamente, sob a perspectiva da esfera pública, a auditoria trata-se de um processo do instrumento de comando e controle denominado fiscalização ambiental, sendo definida como o processo realizado pelo órgão de controle ambiental que envolve uma verificação abrangente e sistemática do desempenho ambiental da organização, por meio da avaliação de seu processo produtivo e dos impactos ambientais gerados (SEIFFERT, 2010). Neste entendimento, investigar as ações da auditoria ambiental no âmbito das instituições federais de ensino pode evidenciar se elas estão contribuindo com os preceitos balizados pela legislação ambiental.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

## 2.1 Auditoria

As mudanças tecnológicas e sua celeridade fazem com que o cenário atual esteja cada vez mais competitivo, ocasionando maiores exigências e necessidades com implantações de novas ferramentas de controle que auxiliem na tomada de decisão. Isso fez com que a Auditoria Interna passasse a ser um instrumento de amplo controle para os administradores. Nesta direção, Crepaldi (2013) afirma que a auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro das entidades (públicas e privadas), e que se destina a revisar operações, como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. É executada por um profissional ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal fim, sempre em linha de dependência da direção empresarial (CREPALDI, 2013).

A auditoria ambiental definida, por Sales (2002), como o procedimento sistemático por meio do qual uma organização avalia suas práticas e operações que oferecem riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para averiguar sua adequação a critérios preestabelecidos, requisitos legais, normas técnicas e/ou políticas, práticas e procedimentos desenvolvidos ou adotados pela própria empresa ou pela indústria a qual pertence. Na perspectiva de La Rovere (2011) ela é um instrumento usado pelas entidades para auxiliá-las a controlar o atendimento a políticas, práticas, procedimentos e/ou requisitos estipulados com o objetivo de evitar a degradação ambiental.

Segundo Barbieri (2007), as auditorias ambientais, em seus primórdios, buscavam assegurar a adequação das empresas (em âmbito privado) às leis ambientais dentro de uma postura defensiva, ou seja, procuravam identificar possíveis problemas relacionados às multas, indenizações e outras penalidades ou restrições contidas nas diversas leis de âmbito macro e micros abrangentes. No contexto da esfera pública, a auditoria trata-se de um processo do instrumento de comando e controle, sendo definida como o processo realizado pelo órgão de controle ambiental que envolve uma verificação abrangente e sistemática do desempenho ambiental da organização, por meio da avaliação de seu processo produtivo e dos impactos ambientais gerados (SEIFFERT, 2010).

Os gestores no âmbito das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior (IFES) buscam instrumentos de gestão eficazes, além de adotar postura mais consciente na aplicação dos recursos públicos (GONÇALVES; MENDES, 2014). Na percepção de Moreira e Palmisano (2016) o papel das Auditorias Internas das Instituições Públicas de Ensino tem passado por diversas transformações no decorrer dos anos, motivando revisões nos controles internos e metodologias de trabalho das Auditorias Internas, de forma a tornarem-se também transparentes e alinhadas aos princípios de Governança Corporativa.

O planejamento das ações da auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal é balizado pela Instrução Normativa nº 9 (CGU/2018). Conforme o §1º do artigo 6º da IN nº 9 a proposta do PAINTE deverá ser submetida à análise prévia do respectivo órgão de controle interno até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução. Para a elaboração do PAINTE, a Unidade de Auditoria Interna deve considerar o planejamento estratégico da Unidade Auditada, as expectativas da alta administração e demais partes interessadas, os riscos significativos a que a Unidade Auditada está exposta e

**AÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.**

**Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.**

os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada, de acordo com a Instrução Normativa n.º 9 (CGU, 2018).

Em cumprimento ao artigo 3º Instrução Normativa n.º 9 (CGU, 2018), o PAINT deve ser elaborado pela unidade da auditoria interna com a finalidade de definir os trabalhos prioritários a serem realizados no período objeto do plano. Por seu turno o parágrafo único cita os princípios orientadores do Planejamento da Auditoria Interna Governamental como autonomia técnica, objetividade e a harmonização com as estratégias, os objetivos e os riscos da unidade auditada.

Em adição, os resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria devem ser apresentados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT). O RAINTE é um documento elaborado, anualmente, pela a Auditoria interna, que conforme o Parágrafo único o RAINTE deve estar disponível, de preferência eletronicamente, o detalhamento das informações consolidadas no RAINTE, bem como as justificativas para a não execução dos trabalhos previstos no PAINT, Instrução Normativa n.º 9 (CGU, 2018).

## **2.2 Tipos de auditoria e as estratégias para sua realização**

A auditoria no setor público é descrita pela *International Organisation of Supreme Audit Institutions (INTOSAI)*, por meio da ISSAI 100, como um processo sistemático que visa obter evidências, avaliando-as objetivamente em busca de averiguar se as informações ou condições reais correspondem aos critérios estabelecidos, fornecendo a toda a sociedade e partes interessadas, informações e avaliações independentes sobre as operações governamentais e desenvolvendo instrumento para o desenvolvimento da administração pública, enfatizando os princípios de *accountability*, transparência, governança e desempenho. Podendo ser definida em três tipos de auditoria (INTOSAI, 2004): (a) Auditoria financeira (ISSAI 200): determina se a informação financeira de uma entidade está apresentada de acordo com os normativos vigentes e livre de distorções relevantes, em função de erros ou fraudes; (b) Auditoria operacional (ISSAI 300): avalia se as instituições, intervenções e os programas desenvolvidos estão de acordo com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade e se podem ser aprimorados; (c) Auditoria de conformidade (ISSAI 400): determina se as atividades, transações financeiras e informações estão, em todos os aspectos materiais, em conformidade com os preceitos identificados como critérios. Ao sintetizar em três tipos de Auditoria, a INTOSAI (2004) define como critério mais importante a geração das informações e a sua veracidade quanto ao ambiente auditado, entretanto acaba por limitar a sua área de atuação.

Independentemente do tipo de auditoria ambiental a ser realizada, a INTOSAI/WGEA (2007) sugere algumas estratégias para que seja bem sucedida, dentre elas: a participação em grupos formados por entidades fiscalizadoras superiores para viabilizar a troca de informações e aprendizados; o desenvolvimento de uma rede de especialistas na organização para identificar questões específicas de auditoria, levantar questões potenciais ou identificar questões importantes; a elaboração de um plano estratégico para realizar auditorias ambientais; a observação cuidadosa sobre as fontes de informações utilizadas e as circunstâncias que envolvem a questão ambiental; e a limitação do escopo da auditoria, dando prioridade para itens de interesse dos gestores, de relevante impacto financeiro, que envolvam riscos, materialidade e tempestividade.

**AÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.**

**Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.**

Para Peter e Machado (2014), a Auditoria no setor público não se restringe aos três tipos descritos pela INTOSAI (2004), podendo ser classificada, conforme o propósito motivacional, em auditoria de gestão, responsável por averiguar os fatos administrativos e suas ocorrências; auditoria de programas, facilitando a localização dos recursos alocados nos diversos programas do governo; auditoria contábil, que garante a veracidade das demonstrações e relatórios contábeis da entidade; auditoria de sistemas mantenedora da segurança das informações eletrônicas e processamento de dados; auditoria especial que se atenta para solicitações de autoridades ou extraordinárias; auditoria de qualidade para prezar também pelo bom desempenho e cultura gerencial amigável; auditoria operacional para os segmentos da atividade pública e suas funcionalidades e por fim, auditoria integral, avaliadora dos controles e processos e utilizadora de elementos de auditoria de gestão, operacional e financeira.

Para Alin, Daniel e Octavian (2010) uma auditoria ambiental requer diferentes tipos de habilidades e recomendam formar uma equipe para realizar o trabalho, envolvendo auditores, contadores, engenheiros, físicos, biólogos, ecologistas ou outros especialistas em aspectos ambientais, como o caminho mais razoável para organizar esse tipo de auditoria.

Estudos anteriores como de Luiz *et al.* (2014) investigaram a realização de auditorias ambientais em uma instituição federal de educação profissional e tecnológica. Mediante análise de conteúdo, observaram que a instituição analisada não realizou nenhuma auditoria ambiental no período investigado, isto é, 2011 a 2013. Os autores destacaram ainda que em relação aos controles ambientais, por força de lei, as instituições públicas federais têm a obrigatoriedade de implementar o plano de logística sustentável (PLS) e divulgá-lo no *site* institucional, fato que, em consulta realizada junto ao site da instituição em estudo pelos autores, não foi identificado, impossibilitando afirmar que a instituição realiza controle interno ambiental.

### **2.3 Auditoria Ambiental**

Tradicionalmente, as questões ambientais são remediadas ao invés de prevenidas, este fato gerou resultados ineficientes, com base nisso a consideração do meio ambiente nas tomadas de decisão começou a despontar no meio administrativo para o crescimento das organizações. Visando isso as entidades começaram a aplicar em suas operações os Sistemas de Gerenciamento Ambiental (SGA) como rotina operacional. O SGA permite eficácia do desempenho das atividades enquanto economiza recursos financeiros sendo uma ferramenta valorosa para empresas de todos patamares (FERIGATO, 2020).

Para minimizar os efeitos nas demonstrações contábeis e resultados financeiros das diversas entidades, uma das ferramentas mais importantes atualmente é a responsabilidade social, pois permite analisar as interações da empresa com o ambiente que a cerca (FERREIRA; RODRIGUES, 2017). Os autores, ainda, comprovaram em seu estudo que acidentes ambientais influenciam diretamente de forma negativa no Ativo, Passivo e Demonstração do Resultado das empresas que não atentam para as questões. Vale ressaltar que pelas demandas sociais as movimentações e entradas financeiras da empresa diminuem, afetando diretamente o Patrimônio Líquido sofre quedas abruptas (PAGNUSSAT et al., 2019).

**AÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.**

**Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.**

Ao que se diz respeito do âmbito público em relação a auditoria ambiental, trata-se de todo o processo sistemático que averigua ou coleta evidência sobre as atividades ligadas a impactos ao meio ambiente, é propriamente definida pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), no entanto na esfera pública diz-se mais sobre a Gestão Ambiental do que sobre Auditoria Ambiental, e é executada por meio de políticas ambientais voltadas as variadas necessidades locais, determinadas por um Conselho Ambiental, muitas vezes único de cada município, onde é firmada pelo Plano Diretor, ferramenta administrativa responsável pelas diretrizes a serem seguidas para o crescimento do município (HJORT; PUJARRA; MORETTO, 2016). Em direto contraste há a Auditoria Ambiental privada, onde há maior preocupação é minimizar as perdas de valor bem como preparar a entidade para possíveis ocorrências que ponham em risco as fundações e bens da empresa, no setor privado a preocupação é inteiramente com a geração de valor, diferentemente do setor público que busca eficiência e sustentabilidade na execução de sua atividade e atendimento as partes interessadas ou necessitadas (SANTOS, 2017).

Vale salientar que a preocupação com o meio ambiente não é unicamente por motivos passionais ou ideais ambientalistas, entidades capazes de se ajustar as exigências ambientais mundiais, principalmente quando realizadas sob avaliações e recomendações de auditorias, estão mais propícias à adentrar mercados maiores com maior aceitação de seus consumidores, com custos reduzidos em suas operações, essas observações tornam a auditoria ambiental uma importante ferramenta de gestão, pois apesar de atender a fração mercadológica da entidade ela é, também, facilitadora de posicionamentos e decisões éticas (RAMÍREZ-OSPINA; ARANGO, 2017; ALAÑA-CASTILLO et al., 2017).

### **3. METODOLOGIA**

Esta pesquisa classifica-se como descritiva, pois descreve o processo de realização de auditoria interna e sua divulgação, por parte dos institutos federais de ensino da região centro oeste. Segundo Raupp e Beuren, (2006a) a pesquisa descritiva analisa e descreve os fenômenos de uma determinada realidade social. A pesquisa é também classificada como qualitativa, pois segundo Grey (2012) ela envolve contato direto com as informações e como o contexto da vida real. Assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa, dado que observa os relatórios publicados pela auditoria interna acerca das ações planejadas e executadas relacionadas às questões ambientais das Instituições Federais de Ensino localizadas no Centro Oeste do país. Para tanto, foram selecionados os PAINTS objetivando verificar quais ações foram planejadas e os RAINTS a fim de atestar a execução ou não das mesmas, ou ainda a execução das ações sem o planejamento.

Em relação a técnica de análise, classifica-se como análise de conteúdo, que conforme Bardin (1995, p.42) é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” que adota “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Salienta-se que as técnicas de análise de conteúdo compreendem 3 etapas: (a) pré-análise; (b) exploração do material, e (c) tratamento dos resultados (BARDIN, 1995). Desse modo, após coletados os PAINTS e RAINTS nos sítios eletrônicos das Instituições Federais de Ensino pesquisadas, efetuou-se a leitura dos mesmos para pré-análise e exploração do material e na sequência, o tratamento dos dados.

**AÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.**

Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.

Denota-se que a escolha das instituições se deu pela amostragem não probabilística, ou seja, por conveniência. A análise teve como recorte temporal os anos de 2014 a 2018. Além dos PAINTS e RAINTS efetuou-se também, uma análise adicional, que correspondeu à busca de informações sobre os projetos sociais e ambientais nos quais as instituições selecionadas neste estudo estavam envolvidas.

Essa pesquisa não identificará as instituições pois a intenção do estudo não é a comparação entre elas, e sim explorar resultados significantes. Isso posto, serão utilizadas siglas para distinguir as instituições federais pesquisadas, dito isto evidenciam-se no Quadro 1 quatro instituições que publicaram no seu sítio institucional os PAINTS e RAINTS do período estudado.

**Quadro 1 – Instituições que divulgaram os PAINTS e RAINTS.**

Região	Instituições Federais	PAINT	RAINT
Centro Oeste	IF.A	Sim	Sim
	IF.B	Sim	Sim
	IF.C	Sim	Sim
	IF.D	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa.

Depreende-se do Quadro 1, que dentre as Instituições Federais de Ensino da Região Centro Oeste, no período da coleta de dados dessa pesquisa, 04 delas estavam com seus PAINTS e RAINTS referente ao período investigado, publicados nos sítios institucionais. Salienta-se que foi efetuado contato, via *e-mail*, a fim de se obter os relatórios, no entanto sem êxito no tempo hábil para compor essa pesquisa.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A partir da análise dos dados, partindo do planejamento e execução de ações de práticas ambientais, apresenta-se o Quadro 2 evidenciando a primeira instituição pesquisada.

**Quadro 2- PAINT e RAINTE da IF.A**

Ano	Descrição	PAINT	RAINT
2014	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Planejada	Reprogramada para o ano subsequente
2015	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Planejada	Não realizada
2016	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Não planejada	Não realizada
2017	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Não planejada	Não realizada
2018	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Não planejado	Não realizada

Fonte: Dados da pesquisa.

A IF.A apresentou em seu sítio institucional todos PAINTS e RAINTS de acordo com o preconizado na, então vigente, Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015. Constatou-se que no PAINT do exercício de 2014, ocorreu o planejamento de ação de sustentabilidade ambiental, no entanto o RAINTE evidenciou a não realização da mesma.

**AÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.**

Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.

Apesar disso, a ação foi reprogramada para o exercício de 2015 e, de acordo com o RAIN T 2015, não executada.

Nos períodos de 2016, 2017 e 2018 os PAIN T S não apresentaram ações de práticas ambientais, porém, o RAIN T de 2016 pontuou que a unidade de auditoria interna da IF.A recomendou a implementação de procedimentos internos para garantir o cumprimento de normativos voltados para prática de ações ambientais, demonstrando, em cada aquisição de bens ou contratação de serviços/obras, a realização de análises sobre a viabilidade de adoção de cláusulas contratuais que exijam das contratadas práticas de sustentabilidade ambiental bem como a devida justificativa para as possíveis exigências. A auditoria recomendou ainda a criação procedimentos internos para garantir o adequado cumprimento de normativos que abarcam as práticas ambientais.

Em 2017 a gestão comunicou, por meio de seu sitio eletrônico, em seu RAIN T, que em conjunto com outros setores, estavam sendo definidos parâmetros objetivos que permitiriam a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental com a finalidade de serem inseridos nos editais. Por seu turno o RAIN T 2018 não apresentou a execução de ações ou atividade ambientalmente sustentáveis.

Na sequência da análise dos dados é apresentada no Quadro 3 a segunda instituição pesquisada.

**Quadro 3 - PAIN T e RAIN T da IF.B**

<b>Ano</b>	<b>Descrição</b>	<b>PAIN T</b>	<b>RAIN T</b>
2014	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Não planejada	Não realizada
2015	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Planejada	Realizada
2016	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Não planejada	Não realizada
2017	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Não planejada	Não realizada
2018	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Não planejada	Não realizada

Fonte: Dados da pesquisa.

A IF.B também apresentou em seu sítio institucional todos PAIN T S e RAIN T S de acordo com o preconizado na Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015. Pela análise efetuada observou-se que em 2014 a IF.B. não apresentou ações sustentáveis no PAIN T do mesmo ano. Já no exercício de 2015, a IFG.B apresentou em seu PAIN T ações sustentáveis balizadas nos critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos e no RAIN T do mesmo ano, foram evidencias as execuções das auditorias planejadas que consistiram no exame das contratações, manutenções e compra de imóveis no intuito de se averiguar se houve preocupação por parte da instituição nas questões ambientais. No tocante às ações voltadas à sustentabilidade desempenhadas pela IF.B foram identificadas ações que, ainda que em desenvolvimento, e demandando maiores esforços para melhores resultados, não houve constatações ou recomendações.

No exercício de 2016 não se observou divulgação do planejamento nem das execuções de questões ambientalmente sustentáveis. No intuito de contribuir para o planejamento dos trabalhos de 2017, foi efetuado um levantamento dos valores empenhados em 2016 na IF.B, o levantamento apresentou um valor empenhado destinado a serviços de controle ambiental.

**AÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.**

Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.

Ressalta-se que nessa etapa, os gastos não são efetivados, pois apenas no processo de execução pode-se averiguar a concretização das ações. Para o planejamento dos trabalhos de auditoria do exercício de 2017 da IF.B foi considerado, principalmente, o artigo 3º, II, da Instrução Normativa nº 24/2015 que rege que no PAINTE contenha a “identificação dos macroprocessos ou temas constantes da matriz de risco, a serem desenvolvidos no exercício seguinte, considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos”. Isto posto, e considerando os tópicos sugeridos na Instrução Normativa nº 24/2015, ação envolvendo práticas ambientais não foi incluída no PAINTE 2017. Mesmos critérios e procedimentos identificados para o ano de 2018.

Na sequência observou-se a IF.C no período de 2014 a 2018, que se apresenta no Quadro 4.

**Quadro 4 - PAINTE e RAINTE da IF.C**

<b>Ano</b>	<b>Descrição</b>	<b>PAINTE</b>	<b>RAINTE</b>
2014	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Não planejada	Não realizada
2015	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Planejada	Realizada
2016	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Planejada	Realizada
2017	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Planejada	Não realizada
2018	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Não planejada	Não realizada

Fonte: Dados da pesquisa.

No exercício de 2014 a IF.C não divulgou no planejamento das suas ações de auditoria práticas ambientais e nem a execução das mesmas foram constatadas no RAINTE. No ano de 2015, a instituição divulgou o planejamento e execução de auditoria em uma fundação que possui diversos projetos com elementos de ações sustentáveis.

No exercício de 2016 foi observado as ações de práticas sustentáveis no PAINTE e as execuções no RAINTE. Observa-se que a auditoria averiguou, reconheceu e instruiu medidas para, de certo modo, mensurar as ações sustentáveis. Já em 2017 o planejamento apresentou as ações de práticas ambientais, no entanto no RAINTE não se observou sua execução. Por fim em 2018, não se verificou ações sustentáveis no PAINTE e nem execução das mesmas no RAINTE. Apresenta-se na sequência o PAINTE e RAINTE da IF.D.

**Quadro 5- PAINTE e RAINTE da IF.D.**

<b>Ano</b>	<b>Descrição</b>	<b>PAINTE</b>	<b>RAINTE</b>
2014	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Planejada	Realizada
2015	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Planejada	Não realizada
2016	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Não Planejada	Realizada
2017	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Não Planejada	Não realizada
2018	Ação de Sustentabilidade Ambiental	Não Planejada	Realizada

Fonte: Dados da pesquisa.

A IF.D apresentou ações sustentáveis no PAINTE de 2014 e relatou a execução das mesmas no RAINTE do referido ano. Em 2015 o PAINTE da IF.D apresentou ações de auditoria

ACÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.

Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.

em Práticas de Sustentabilidade Ambiental, no entanto a ação não foi executada devido à execução de outros trabalhos prioritários, que demandaram maior tempo e pessoal. Isto posto, foi relatado no RAIN T 2015 que, embora não planejada ação de auditoria em sustentabilidade, a unidade de auditoria efetuou o trabalho de acompanhamento das recomendações exaradas de ação desenvolvida no ano de 2014 sobre a mesma temática. Acerca da presença de Ações de Auditoria em Práticas Sustentáveis, no ano de 2016 apesar do PAIN T da IF.D não apresentar ações de auditoria de Sustentabilidade Ambiental, o RAIN T evidenciou a execução de ações de auditoria em práticas sustentáveis, as razões que motivaram este trabalho estão relacionadas à oportunidade e relevância socioambiental, e o não cumprimento desta ação prevista no PAIN T 2015. Por seu turno, no ano de 2017 não se observou no PAIN T da IF.D a presença de ações sustentáveis nem a execução de ações nesse sentido no RAIN T. Por fim, em 2018, a IF.D não apresentou no seu PAIN T ação de Sustentabilidade Ambiental, no entanto apresentou em seu RAIN T a execução de ação de avaliação do gerenciamento de resíduos e rejeitos gerados com o objetivo de analisar o atendimento às exigências éticas e legais referente à destinação dos resíduos e rejeitos gerados.

Como análise adicional, buscou nos sítios das instituições a presença de outras ações desenvolvidas pelas mesmas que primam por ações ambientais sustentáveis. Este fato revelou que as auditorias internas das instituições não relatam de forma satisfatória que, apesar de não apresentarem planejamento de práticas ambientais em seus relatórios oficiais, as instituições possuem projetos de extensão diretamente ligados as temáticas ambientais que atendem a população e suas necessidades. Identificou-se que, embora, em alguns casos, não presentes nas ações de auditoria, o envolvimento das instituições em práticas de sustentabilidade ambiental, por meio de projetos sociais e ambientais atrelados a observatórios sociais, é uma realidade.

De modo geral, diferente dos achados de Luiz *et al* (2014) que, nos períodos analisados, evidenciou que a instituição estudada não realizou nenhuma auditoria ambiental. Percebeu-se, uma certa evolução, dado que algumas ações adotadas pelas instituições denotam a preocupação das instituições com a sustentabilidade.

## 5. CONCLUSÃO

O estudo teve por objetivo investigar se foram realizadas auditorias voltadas às ações ambientais nas instituições federais de ensino da região centro oeste no período de 2014 a 2018. Para tanto foram selecionadas as instituições que divulgaram em seu sítio os relatórios de auditoria PAIN T e RAIN T do período analisado. Por seu turno foram excluídas da análise as instituições que não disponibilizaram em seus sítios eletrônicos os PAIN T e RAIN T fato que não permitiria avançar nas análises.

A partir das observações feitas, foi possível constatar que os resultados encontrados diferem dos achados de Luiz *et al*. (2014), que não observaram na instituição analisada nenhuma auditoria ambiental no período investigado. Na região centro oeste foram identificadas, ainda que não de maneira expressiva, auditorias em práticas de ações ambientais, em PAIN T e RAIN T. Contudo há de se considerar que, entre vários critérios, as ações de auditoria selecionadas no PAIN T consideram também o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos. Deve-se frisar que, ainda que não presente ações de

ACÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.

Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.

práticas ambientais no planejamento de auditoria em algumas instituições, foi possível verificar que as instituições apresentam vínculos com projetos que se voltavam para conscientização ambiental e execução de planos que buscaram preservar o meio ambiente, constatação feita a partir da análise adicional efetuada, por meio da consulta nos sítios eletrônicos das instituições atrelados muitas vezes aos observatórios sociais.

A pesquisa gera implicações sobre o ponto de vista teórico ao tratar da evidencição de práticas ambientais nos relatórios das instituições federais de ensino. Considera-se que as instituições de ensino têm por objetivo instruir os indivíduos na sociedade, desse modo, torna-se necessária que, para a conscientização tanto dos seus alunos quanto a sociedade em geral, essa evidencição seja em relatórios ou em práticas. Essa contribuição é observada, a partir do que a instituição coloca como prática. Logo, quanto maior a divulgação acerca dessas informações de práticas ambientais, mais se firma o compromisso de instruir os indivíduos. Logo gera-se implicação teórica na temática ambiental no cenário de pesquisas do setor público.

Sob o olhar da prática, a pesquisa sugere que as auditorias internas das instituições precisam cada vez mais melhorar seus meios de divulgação das informações ambientais. Infere-se que quanto mais cumprir com as suas obrigações de responsabilidade social mais poderá divulgar. Assim esta pesquisa lança bases para discussão sobre a gestão das instituições sob o olhar das ações sustentáveis e suas execuções, bem como a responsabilidade quanto ao cumprimento das ações planejadas.

A pesquisa sugere que, futuramente, investigue-se outras regiões, diferentes da analisada nessa pesquisa para averiguar como são divulgadas, planejadas e executadas as ações ambientalmente sustentáveis. Salienta-se que estes resultados não podem ser generalizados visto que os órgãos de gestão das instituições federais de ensino variam.

## REFERÊNCIAS

ALANA CASTILLO, T. P.; MORÁN MOLINA, G. G.; SANMARTÍN RAMÓN, G. S. La auditoría ambiental en las MIPYMES como herramienta de control interno en la gestión empresarial. *Revista Universidad y Sociedad*, v. 9, n. 1, p. 143-147, 2017.

ALIN, I. I; DANIEL, C. V.; OCTAVIAN, M. V. **Instruments that are needed to ensure the credibility of environmental disclosure**. Annals of the University of Oradea. Economic Science. 2010 Disponível em: <http://steconomiceuoradea.ro/anale/volume/2010/n1/081.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.

ALVES, S. N. T.; FERREIRA, R. L. A minimização dos impactos ambientais relacionada ao bom funcionamento de um sistema de gestão ambiental comprovado pelo processo de auditoria ambiental. *Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 6, n. 4, 2017.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Persona. 1995.

BURGWAL, D. V.; VIEIRA, R. J. O. Environmental disclosure determinants in Dutch listed companies. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 25, n. 64, p. 60-78, 2014.

ACÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.

Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Título IV, Capítulo I, Seção IX, 1988.

BRASIL. **Lei nº 6938 de 31 de agosto de 1981**. Dispões sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938compilada.htm)>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

CGU. **Instrução Normativa n.º 24**, de 17 de novembro de 2015. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União, 2018. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30175122/do1-2015-11-18-instrucao-normativa-n-24-de-17-de-novembro-de-2015-30175118](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30175122/do1-2015-11-18-instrucao-normativa-n-24-de-17-de-novembro-de-2015-30175118). Acesso em: 8 ago. 2019

CGU. **Instrução Normativa n.º 9**, de 9 de outubro de 2018. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União, 2018. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44939745/do1-2018-10-11-instrucao-normativa-n-9-de-9-de-outubro-de-2018-44939518](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44939745/do1-2018-10-11-instrucao-normativa-n-9-de-9-de-outubro-de-2018-44939518). Acesso em: 8 ago. 2019.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil: teoria e prática** – 9. Ed – São Paulo: Atlas, 2013.

DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 2, p. 68-77, 1994.

DOWBOR, L. Crise sistêmica: a economia desgovernada/Systemic crisis: a disgoverned economy. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 36480-36501, 2020.

FERIGATO, E. et al. Auditoria ambiental e sua importância como ferramenta de gestão ambiental. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e918986569, 2020.

FERREIRA, E. C.; RODRIGUES, W. C. Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos -FASERRA. **A Relação entre o Impacto Ambiental em Mariana (MG) e o Resultado Econômico e Financeiro da Empresa Mineradora Samarco S/A**, 2017.

GONÇALVES, S. R.; MENDES, L. R. S. O controle na administração pública: o papel da auditoria interna em uma instituição federal de ensino superior de Minas Gerais. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 5, n. 9, 2015.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. **Accounting for the Environment**. Sage, 2001.

GREY, D. E, **Pesquisa no mundo real**. 2ª Edição: Penso, porto alegre, 2012

HALL, R. J. et al. Compras públicas sustentáveis: um estudo nas universidades federais brasileiras. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 3, n. 1, p. 27-44, 2014.

HJORT, L. C.; PUJARRA, S.; MORETTO, Y. Aspectos da gestão ambiental pública e privada: Análise e Comparação. **Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 73-81, 2016.

ACÇÕES DE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DAS AUDITORIAS INTERNAS  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO OESTE BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2014 A 2018.

Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.

INTOSAI / WGEA. **Evolution and Trends in Environmental Auditing**. Disponível em: <http://www.environmental.auditing.org>. Acesso em: 02 ago. 2019.

INTOSAI. **Issai 100**. Disponível em: <http://www.issai.org/issai-framework/3-fundamental-auditing-principles.htm>. Acesso em: 02 ago. 2019.

INTOSAI. **Issai 200**. Disponível em: <http://www.issai.org/issai-framework/3-fundamental-auditing-principles.htm>. Acesso em: 02 ago. 2019.

INTOSAI. **Issai 300**. Disponível em: <http://www.issai.org/issai-framework/3-fundamental-auditing-principles.htm>. Acesso em: 02 ago. 2019..

INTOSAI. **Issai 400**. Disponível em < <http://www.issai.org/issai-framework/3-fundamental-auditing-principles.htm> >. Acesso em: 02 ago. 2019..

LA ROVERE, E. L. (Coord.) **Manual de auditoria ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

LUIZ, L. C. *et al.* Inclusão de práticas ambientais nas auditorias realizadas no âmbito de uma instituição federal de educação. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: GeAS**, v. 3, n. 2, p. 92-112, 2014.

MOREIRA, P. A.; PALMISANO, A. Transparência: um princípio de governança corporativa na auditoria de recursos públicos federais. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa**, v. 1, n. 1, p. 3-25, 2016.

MOREL, B. L. G., TRIACA, L. M., & SOUZA, O. T. Desenvolvimento econômico e a disposição de resíduos sólidos no Brasil: um teste da hipótese da Curva Ambiental de Kuznets (CKA) para os municípios brasileiros. **Revista Espacios**, v. 37, n. 17, 2016.

OWEN, D. L. Commentary on: Some thoughts on social and environmental accounting education. **Accounting Education**, v. 10, n. 4, p. 375-378, 2001.

PAGNUSSAT, A. *et al.* Auditoria ambiental como ferramenta no gerenciamento dos impactos ambientais sobre as organizações. **Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, v. 8, n. 1, p. 108-116, 2019.

PARRA, J. D.; ARANGO, A. La economía del Donut: siete formas de pensar como un economista para el siglo XXI/Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist. **Investigación & Desarrollo**, v. 26, n. 2, p. 159-170, 2019.

PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. **Manual de Auditoria Governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PIVA, A. N. **Auditoria Ambiental**: um enfoque sobre a auditoria ambiental compulsória e a aplicação dos princípios ambientais. Paraná, 2007. Disponível em: [http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/ana\\_luiza\\_piva.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/ana_luiza_piva.pdf). Acesso em: 04 ago. 2019.

RAMÍREZ OSPINA, D. E.; ANDRADE ARANGO, Y. Aporte de la contabilidad y la auditoría desde una perspectiva ambiental. **Textual: análisis del medio rural latinoamericano**, n. 69, p. 27-41, 2017.

ações de práticas ambientais no planejamento das auditorias internas das instituições federais de ensino da região centro oeste brasileira: uma análise do período de 2014 a 2018.

Moura, C.A. da S.; Santos, E.A.dos; Pereira, P.H. Da S.M.; Correia, A.S.M.; Monteiro, J.J.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2006.

SACHS, J. D. **The age of sustainable development.** Columbia University Press. 2015.

SALES, R. **Auditoria ambiental.** Aspectos jurídicos, São Paulo: LTR, 2001.

SANTOS, N. K. F. S. **Auditoria ambiental como ferramenta de confirmação da sustentabilidade empresarial: um estudo sobre a sua utilização nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial - ISE/BOVESPA de 2010 a 2015.** 2017. 42fl. – Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande. – Sousa/PB – Brasil, 2017.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental.** São Paulo: Atlas, 2010.